

# **CRISE DA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A CONFIANÇA DOS GUINEENSES NOS PARTIDOS POLÍTICOS (2014-2023)<sup>1</sup>**

**Jair Morna Djú<sup>2</sup>**

**Sebastião André Alves de Lima Filho<sup>3</sup>**

## **Resumo**

Este trabalho aborda questão da crise de representação democrática na Guiné-Bissau, tomando como o foco o impacto desta na confiança dos cidadãos nos partidos políticos. A desconfiança nos partidos enquanto instituições tem sido um fenômeno crescente nos regimes democráticos e depende como estes se qualificam no debate político, porque isso pode refletir diretamente na forma como os cidadãos avaliam as atuações dos partidos políticos. A pesquisa tem como objetivo principal analisar a crise de representação democrática na Guiné-Bissau, considerando seu impacto na confiança dos cidadãos nos partidos políticos. Metodologicamente, o trabalho se baseou na revisão da literatura e análise qualitativa dos dados. Conclui-se que a crise de representação democrática é influenciada pela alta percepção da corrupção dos partidos políticos, líderes políticos e governamentais. Segundo, o nível de confiança dos guineenses nos partidos políticos é baixo, demonstrando uma insatisfação com o desempenho das instituições partidárias em atender às demandas e expectativas do povo, considerando a Constituição do país; tudo isso reflete na dificuldade de construção democrática na Guiné-Bissau.

**Palavra-chave:** Crise democrática, Representação, confiança política, partidos políticos, Guiné-Bissau.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus de Ceará.

<sup>2</sup> Licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: jairdju97@gmail.com

<sup>3</sup> Docente da UNILAB. Professor orientador. E-mail: andrealvesdelima@unilab.edu.br

## 1 - INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país africano situado na costa do oceano atlântico, com uma população de 1,9 milhões de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2023). O país faz fronteira, a norte, com a República de Senegal, a Leste e Sudoeste com a República de Guiné-Conacri, tendo uma extensão territorial de 36.125km<sup>2</sup>. O seu clima é tropical favorável às atividades agrícolas (MONTEIRO, 2013).

À semelhança de outros países africanos, a Guiné-Bissau foi ex-colônia de Portugal. Depois de 11 anos de luta de libertação nacional, o país proclamou unilateralmente a sua independência em 24 de setembro de 1973. Desta data até 1994, o país foi governado por regime de partido único, sendo dominado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que conduziu a luta armada. Essa época foi marcada pelas dificuldades de articulação entre atores políticos e militares na gestão do país, levando à ruptura em 14 de novembro de 1980, quando um grupo de militares liderado por General João Bernardo Vieira – Nino derrubou o presidente Luís Cabral. Com o domínio de novos líderes que chegaram ao poder por meio de golpe militar, as dificuldades permaneceram. Em 1994 realizou-se a primeira eleição multipartidária, demonstrando a consolidação do processo de abertura política e aderência ao regime democrático. Porém os guineenses foram levados a perder confiança nos seus políticos e partidos devido à insatisfação das suas necessidades e desejos com a independência. Em maio de 1990 foi promulgada a Lei quadro de partidos políticos que autoriza e define normas, regras e princípios sob quais os partidos devem ser criados e deve atuar na Guiné-Bissau.

Após a democratização e as primeiras eleições gerais em 1994, a Guiné-Bissau possibilitou discussões em torno do papel dos partidos políticos na representação democrática. No regime democrático, os partidos são fundamentais para o exercício da representação, aliás, as opiniões sobre a importância dos partidos na democracia são inúmeras (SANTANO, 2017), muitas opiniões não escondem a sua insatisfação com os partidos (MAINWARING; BEJARANO; PIZARRO, 2006). Na Guiné-Bissau, o descontentamento com os partidos políticos e as eleições é perceptível no quotidiano. As contribuições académicas têm mostrado que uma relação estável entre o Estado e a sociedade não é materializada de forma eficiente pelos partidos políticos.

A democracia é um regime que funciona com os partidos políticos. Porém, o funcionamento dos partidos políticos não é homogêneo, pois depende da cultura política engendrada na estrutura do Estado. Por outro lado, as instituições políticas estão sendo algo de (des)confiança

em alguns Estados democráticos, inclusive, os partidos políticos. A confiança dos cidadãos nas instituições depende da responsividade dos partidos e na forma de gestão da coisa pública por parte das formações políticas que chegam ao poder. Geralmente, espera-se que os representantes sejam avaliados de acordo com a sua atuação (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 2006; URBINATI, 2006; YOUNG, 2006).

Na Guiné-Bissau, os partidos políticos não surgiram da base social como aconteceu na Europa. Nesse país, a origem dos partidos deve-se mais à influência do contexto externo que interno. As transformações que ocorreram no final do século XX com o fim da Guerra Fria modelaram o centro e a periferia do sistema capitalista sob perspectiva neoliberal. A abertura política foi forjada pelos Estados periféricos da África que até então era do regime monopartidário formatado na base dos movimentos nacionalistas que lutavam pela independência. O movimento nacionalista que depois se tornou no partido PAIGC sobressaiu dentre vários da época e liderou o processo da independência. Depois da conquista da liberdade, autodefiniu-se como o único a existir no país. A sua estrutura estava muito próxima ao socialismo sob a influência da antiga União Soviética e países Socialistas e “Comunistas”.

A abertura econômica forjada pelas instituições internacionais como o FMI e Banco Mundial, na segunda metade da década de 1980, deu passos significativos para a abertura política no início da década de 1990. Antes dessa abertura, existia alguns movimentos políticos criados na segunda metade da década de 1950 em decorrência da mobilização para a luta armada que iniciou em 1963. Alguns desses movimentos tornaram-se partidos no período de abertura política, como se vê na tabela seguinte. Na véspera da primeira eleição multipartidária foram criados, à pressa, mais de 10 partidos para disputar assentos no legislativo guineense.

Tabela 1. Primeiros partidos políticos criados na Guiné-Bissau

<b>Nome do Partido</b>	<b>Criação</b>	<b>Oficialização</b>	<b>Liderança na década de 1990</b>
Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)	19/09/1956	1956	Nino Vieira
Frente de Luta pela Independência da Guiné (FLING)	03/08/1962	24/05/1992	François Kankoila Mendy
Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá (RGB-MB)	27/07/1986	26/12/1991	Domingos Fernandes
Frente Democrática Social (FDS)	20/03/1990	26/12/1991	Rafael Barbosa
Movimento de Unidade para a Democracia (MUDe)	06/06/1990	27/08/1992	Fininto Vaz Martins

Fórum Cívico Guineense Social-Democrata (FGC/SD)	23/02/1991	31/03/1994	Antonieta Rosa Gomes
Frente Democrática (FD)	18/04/1991	18/11/1991	Canjura Injai
Partido Unido Social-Democrata (PUSD)	30/05/1991	06/06/1992	Victor Saúde Maria
Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE)	20/07/1991	08/09/1993	Bubacar Djaló
Partido de Convergência Democrática (PCD)	02/08/1991	27/12/1991	Victor Mandinga
Partido da Renovação Social (PRS)	14/01/1992	09/10/1992	Koumba Yala
Partido Democrático do Progresso (PDP)	10/02/1992	07/08/1992	Amine M Saad
Partido para a Renovação e o Desenvolvimento (PRD)	12/02/1992	09/10/1992	João da Costa
União para Mudança (UM)	1994	1994	Era uma coligação dos seguintes partidos: FD, FDS, LIPE, MUDe, PDP e PRD nas primeiras eleições gerais de 1994

Fonte: Mendy (1996, p. 60) adaptado pelo autor.

Realizou-se primeiras eleições multipartidárias (presidencial e legislativa) com este quadro partidário, porém apenas cinco formações políticas conquistaram a representação no parlamento guineense: PAIGC, 62 deputados; RGB/MB, 19 deputados; PRS 12 deputados; UM, 6 deputados; FLING, 1 deputado (MENDY, 1996; MONTEIRO, 2020). A corrida presidencial foi vencida pelo candidato do PAIGC que até então dirigia o país desde o golpe de 14 de novembro de 1980. Nino Vieira teve 52% de votos válidos no segundo turno contra o seu principal opositor Koumba Yala que teve 48%. A partir dessa eleição, a ação indireta da política ganhou uma institucionalização maior e o número dos partidos políticos cresceu consideravelmente nos últimos vinte anos. Conta-se hoje mais de 50 partidos políticos criados no país (MONTEIRO, 2020; TÉ, 2023). O aflorar dos partidos políticos e o caminhar da experiência de representação na Guiné-Bissau não foram acompanhados pelas pesquisas que interpretam os seus passos ou as suas contribuições. Pouco se encontra sobre os partidos guineenses e a representação.

Por isso, a pesquisa é relevante para essa sociedade, porque contribuiu num tema ainda menos estudado no país. Além disso, a Ciência Política e demais áreas sociais podem contar com um material interessante para a compreensão do cenário político guineense. Este, constitui um referencial teórico importante para a crise da representação democrática no país, sobretudo,

para os novos pesquisadores que se interessarem em contribuir, podem contar com essa referência como suporte para aprimorar seus trabalhos.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar a crise de representação democrática na Guiné-Bissau, considerando seu impacto na confiança dos cidadãos nos partidos políticos, acompanhado dos seus três objetivos específicos: Identificar os fatores que contribuem para a crise da representação democrática na Guiné-Bissau; avaliar o nível de confiança dos guineenses nas instituições partidárias e examinar a relação entre a percepção da corrupção e a confiança nos partidos políticos

Consciente da complexidade de estudar todos fatores atrelados a crise democrática devido os seus múltiplos fatores, no entanto, o que interessa neste processo não é a estrutura interna dos partidos, nem a organização dos partidos, muito menos o sistema partidário guineense. Interessa esta pesquisa a representação política com ênfase à avaliação que os cidadãos guineenses fazem dos seus partidos no âmbito da responsividade para apurarmos a crise de representação.

Não obstante, a relação dos partidos com os cidadãos guineenses é mais negativa que positiva. Os guineenses sentem-se abandonados pela classe política que supostamente os representa. Algumas práticas concorrem para esse clima: corrupção generalizada e fragilidade institucional. O cenário nos leva a questionar, “como a crise de representação democrática afeta a confiança dos cidadãos nos partidos políticos da Guiné-Bissau”? Esta pesquisa busca respostas para esta inquietação.

Nessa perspectiva, a pesquisa recorreu a uma revisão da literatura que se trata do “estado da arte” da pesquisa que envolve as discussões teóricas em torno da crise da representação democrática e desconfiança dos cidadãos nos partidos políticos. No entanto, foi feito o levantamento bibliográfico de livros, teses, dissertações e artigos, através da consulta nos bancos de dados, por exemplo, da Capes, google acadêmico e outras revistas. Ainda na mesma perspectiva, foi aplicado a técnica do questionário ou pesquisa survey que por meio dela, recolhemos os dados que nos permitiu compreender o comportamento político em questão. Conforme Baqueiro (2009, p. 49), a “técnica de Survey baseia-se na premissa básica de saber o que outras pessoas pensam”, sendo uma forma muito crucial para compreender o pensamento dos guineenses sobre os partidos, sobretudo no que se refere a confiança e desconfiança nos partidos políticos.

Nessa ótica, foi aplicado um questionário online por meio do google formulário para os estudantes guineenses no Brasil, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (UNILAB) com uma amostra de 154 pessoas. É importante salientar que nessa amostra, 91,6% são estudantes guineenses na UNILAB, sendo que 8,4% são guineenses em outras universidades Brasileiras. A pesquisa contou com 64,3% do gênero masculino, 35,1% do gênero feminino e 0,6% se identificando como outro. Por outro lado, 64,3% respondentes estão numa faixa etária de 25-34 anos, enquanto 33,8% se encontra entre 18-24 anos e por final 1,6% estão numa faixa de 35-44 anos. Após a recolha dos dados, foi feita análise e interpretação por meio das tabelas qualitativas.

O trabalho está dividido da seguinte maneira, o primeiro tópico aborda aspectos introdutórios, contextualizando a trajetória política partidária do monopartidarismo ao multipartidarismo. O segundo tópico, aborda a representação democrática sob diferentes perspectivas dos teóricos, pois, não há consenso sobre a crise de representação democrática. Em terceiro tópico, foi contextualizada a crise da democracia em diferentes perspectivas, mostrando como os cidadãos estão perdendo confiança nas instituições democráticas. Na quarta seção, foi discutido o resultado da pesquisa no que diz respeito à crise da democracia e a confiança nas instituições partidárias e por últimos, fizemos as considerações finais do trabalho.

## **2. A REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA**

A representação é um conceito polissêmico que além do campo político ganha conotações em outros campos, por exemplo, artístico, cultural, linguístico etc. No campo político, a representação surgiu com o advento da democracia indireta ou governo representativo. Uma forma de democracia contemporânea que praticamente substituiu a tradicional que se praticava em Atenas, Espartas e Roma. Rousseau (1974), denominou aquela primeira forma de “democracia pura”, pelo fato de, supostamente, garante a originalidade da vontade geral do indivíduo fora das influências dos mestres da oratória que dominam a plenária, portanto, curvam-se para as suas vontades particulares ou interesses pessoais. A participação direta, no entendimento de Rousseau garante a soberania popular. Segundo ele, mesmo adotando a representação, a soberania popular não deve ser alienada ao povo na assembleia. Sendo assim, o delegado ou deputado pode representar o povo em outras funções, mas sem solfar o poder soberano.

Urbinati (2006), realça a importância da representação e a necessidade de adequar o seu conceito com as exigências e necessidades das sociedades contemporâneas. Esta posição de Urbinati visa sugerir a revisão das percepções dos teóricos institucionalistas do século XVIII e

XIX sobre a representação em que se destacam Marquês de Condorcet, Jean Jacques Rousseau, Thomas Paine, Emmanuel Joseph Sieyès, Emmanuel Kant, Thomas Hobbes entre outros. A visão crítica à tendência descritiva de representação teorizada por James Stuart Mill também se incorpora na inovação conceitual de Urbinati sobre a representação. A sua inovação sugere que a representação seja vista como uma instituição que intermedeia a relação entre o povo e a elite produzida pela própria ação indireta da política. A representação na sua concepção contemporânea pressupõe a responsividade (MANIN, PRZEWORSKI, A.; STOKES, 2006; YOUNG, 2006; DAHL, 2005; URBINATI, 2010).

Porém apesar de caráter complexo da responsividade (MANIN, 1997), devido à dificuldade de identificação e homogeneização dos interesses difusos do povo, problemas de luta de classes e a heterogeneidade da sociedade, principalmente, aquelas sociedades multiétnicas, harmonizar os interesses é um desafio enorme (DUVERGER, 1979). A representação passou a ser questionada pela dificuldade de garantir a observância da vontade geral sobre vontade particular. Os teóricos de O Federalista como Madison Hamilton e Jay (1961) apresentaram este debate; assim como os teóricos utilitaristas como Bentham (1843) e John Stuart Mill (1974), também tiveram contribuições relevantes sobre o dilema do interesse privado (particular dos representantes) e público (coletivo da sociedade). A interpretação desses debates leva-nos a perceber que a representação deve ser acompanhada com instituições democráticas fortes, capazes de fiscalizar, julgar e punir os representantes. Dessa forma, o conteúdo da representação poder-se-á ser absorvido pelo povo.

A crise de representação tem sido uma questão problemática. Tendo alguns autores afirmarem a inexistência da crise de representação, porque o que se tem é a mera transformação social que a própria representação não está imune. Da mesma forma, a questão da crise dos partidos políticos não é homogênea na academia. Para uns aquilo que seria crise dos partidos é, na verdade, a crise de representação (SANTANO, 2017). Portanto, os partidos continuam a desempenhar os seus papéis sociais na base das novas realidades produzidas pelas transformações sociais pelas quais o mundo passou desde o fim da Grande Guerra indo para o fim da Guerra Fria e passando para as atuais sociedades globalizadas.

Na Guiné-Bissau, a política não nasceu de bases sociais nacionais, ela veio na onda das marés excitadas pela política colonial ao levar para Guiné a elite cabo-verdiana para auxiliar no manejo da máquina pública. Assim, a elite política inicial guineense é exógena às bases sociais, portanto pouca legitimidade e reconhecimento ganhou numa população que nem sabia muito

menos interessa saber da política antes da mobilização para a luta armada. Essa mobilização conduzida pela elite cabo-verdiana revoltada com as políticas coloniais.

Esta página social embrionária explica a timidez e a indiferença do guineense com a política em geral e particularmente com a política partidária. A relação do povo com os partidos concentra-se mais na eleição. O povo sabe que deve votar e o governante sabe que deve ser votado pelo povo e mais nada. As propostas de Dahl (2005) e de Manin, Przeworski e Stokes (2006) sobre a relação da representação com o povo parecem menos observáveis quando constatamos que as três condições necessárias para um governo ser responsivo estão ausentes na relação do governo e cidadãos. Essas condições inserem-se sobre o princípio de igualdade de oportunidade de participação de cidadãos no processo governamental, podendo dar o seu contributo na definição do destino da nação. Por isso, as três condições remetem a possibilidade de os representados terem a liberdade de: a) formular suas preferências; b) expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva; c) ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 2005, p. 26).

Para Manin, Przeworski e Stokes (2006), além da avaliação retrospectiva (julgamento da representação pelo que fez durante a governação) e avaliação prospectiva (eleição de uma formação política tendo em conta o que se acredita que pode fazer ao longo do seu mandato), a participação do povo durante a vigência do mandato, sugerindo projetos, exigindo o cumprimento das promessas feitas na campanha é fundamental. Para Young (2006) a inclusão é importante nesse processo como um todo. Porém numa sociedade em que a política e os partidos não originaram das forças endógenas e nem estão em harmonia com as formas de organização política dos principais grupos étnicos, a representação limita-se à formalidade institucional: eleger os representantes em cada ciclo eleitoral; deixar o representante a seu modo e preferência; descomprometimento de ambas as partes, em suma, usando os termos de Duverger (1979) e de Bourdieu (2011), diríamos a política torna-se refém da demagogia. Os demagogos dominam a política.

### **3. A CRISE DEMOCRÁTICA: UM OLHAR SOBRE INSTITUIÇÕES E CONFIANÇA PARTIDÁRIA**

No final da década 1980 e início dos anos 1990 foram assistidos vários eventos no campo geopolítico, nomeadamente a queda do Muro de Berlim e consequentemente o fim da disputa

bipolar entre os grandes blocos mundiais: de um lado, os Estados Unidos de América (EUA) e, de outro lado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Porém o bloco capitalista representado pelos EUA saiu vitorioso. A partir disso, viu-se a nascença e a expansão das políticas neoliberais em que a democracia se configura como melhor sistema de governação, partindo do centro para as periferias. Com passar dos anos, a democracia começou a apresentar as sintomas e metamorfose na sua estrutura e modos de governação, devido à ascensão de alguns líderes com caracteres autoritários ao poder, fato este que levou vários analistas políticos a acreditarem que as democracias estão chegando ao fim e que é preciso uma ação de resgate (RODRIGUES; BELLATO, 2021).

Certos casos podem servir como ponto de *iceberg* nessa análise, nomeadamente a ascensão do Vladimir Putin na Rússia; Chávez e Maduro na Venezuela; Recep Erdogan na Turquia; Donald Trump nos Estados Unidos e não só, a situação perpassou pelo leste da Europa atingindo a Polónia e a Hungria, (os dois últimos tidos como países com as democracias consolidadas), Bolsonaro no Brasil, ou seja, Equador, Bolívia, Colômbia, Zimbábue e a Guiné-Bissau com Umaro Sissoco Embaló (ANÓS TÉ, 2022). No entanto, o comportamento político desses líderes é tido como ameaçador às democracias. Não obstante, dentre vários políticos citados, a ascensão do Trump nos Estados Unidos ganhou mais destaque nas últimas literaturas no que diz respeito à crise da democracia liberal.

Ascensão do Donald Trump ao poder em 2018 tido como “autoritário” chama atenção dos cientistas políticos a pensarem nos colapsos democráticos, o futuro das democracias e em caso de chegar ao fim, que caminho a seguir? Nessa perspectiva, se refere ao Runciman (2018) com o livro “*como a democracia chega ao fim*”; Levitsky e Ziblatt (2018), “*como as democracias morrem*”; Castells (2018), “*a crise da democracia liberal*”; Mounk (2019), “*o povo contra a democracia*” e Przeworski (2020), “*Crise da democracia*”. Apesar das literaturas apontadas sobre o problema em questão, não há consenso entre os autores sobre as causas da crise, há aqueles que acreditam que o populismo seria protagonista principal da crise, para outros é a própria democracia liberal que está em crise (ANÓS TÉ, 2022).

Os autores como Runciman (2018) e Przeworski (2020) acreditam que a democracia liberal está em crise ou está morrendo lenta e gradual. Aliás, do ponto de vista macropolítico,

(...). pode parecer que a democracia está funcionando, mas a verdade é que não, porque o outro lado não está mais jogando conforme as regras. Nos termos dessa forma de intolerância mútua entre as partes, a ordem política já entrou em colapso, mas ninguém admite ainda. Em vez de uma guerra civil sem combate, temos embates verbais sem guerra civil (RUNCIMAN, 2018, p. 22).

Essa morte simbólica das democracias causou perda de confiança na política democrática, ou seja, o povo contra a democracia (MOUNK, 2019). As nações democráticas estão passando pela crise da legitimidade política e o aumento da desconfiança nas instituições políticas. Os cidadãos estão cada vez mais se afastando da política. Aliás, os cidadãos têm uma concepção das instituições democráticas de forma diferente. A (ir)responsabilidade institucional diante das demandas sociais motivada pela perpetuação da corrupção, fraude e a violação da liberdade e dos direitos humanos, constituem elementos significativos da hostilidade das pessoas em relação às instituições partidárias (MOISÉS, 2005). Assim sendo,

a hostilidade das pessoas em relação aos partidos é uma evidência perturbadora do afastamento e indiferença da cidadania em relação à política, o que poderá acarretar a manutenção de vícios políticos tradicionais e atrasados que comprometem a solidificação da democracia no país (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 108).

Embora os problemas da (des)confiança nas instituições políticas não sejam homogêneos, há consenso entre os autores que a desconfiança pode implicar crise de legitimidade dos partidos e, conseqüentemente, pode não facilitar a governabilidade. Entretanto, a desconfiança é um fenômeno que assombra todos os países no mundo, visto que,

[...]. mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos. Na percepção quase unânime dos cidadãos, a pior profissão que existe é a de político (CASTELLS, 2018, p. 16).

A decepção política tem a ver com o nível de insatisfação dos cidadãos pelos seus atores políticos, as promessas não cumpridas, as subversões democráticas e, sobretudo, quando os partidos políticos são usados como empresas pessoais (WEBER, 1999). As instituições políticas constituem ferramentas importantes no funcionamento da democracia contemporânea, porém, muitas delas têm dificuldade de garantir, de fato, o funcionamento ou a consolidação democrática e nem a confiança nos partidos políticos por parte dos cidadãos.

O estudo das instituições políticas constitui um debate mais antigo de Ciência Política que ainda continua a merecer o objeto de estudo na contemporaneidade, pois a sua compreensão é de extrema importância na compreensão do (des)afeto em relação a partidos políticos. Não obstante, Belchior (2016, p. 30), apoiado no dicionário do Houaiss, aponta que,

o termo instituições tem a sua raiz etimológica no latim: *instituere*, que significa “instituir” ou “estabelecer”. Regressando ao dicionário Houaiss, instituição significa “estrutura material e humana que serve à realização de ações de interesse social ou colectivos” [...] as instituições reportam-se a regras, costumes, práticas e valores relativamente estáveis ao longo do tempo que regem o comportamento dos indivíduos em sociedade [...].

Nessa perspectiva, os partidos políticos são considerados como instituições fundamentais de mediação política entre o Estado e sociedade (BAQUERO e LINHARES, 2011). Assim sendo,

dentre vários regimes políticos, compreende-se que o sistema democrático pode ser “caracterizado por diversas instituições, tais como os partidos políticos, o parlamento, os sindicatos, o sistema judicial, o Estado, grupos de interesse de natureza diversa, a Presidência da República, entre outras” (BELCHIOR, 2016, p. 30).

Os sistemas democráticos têm passado por problemas de diversas ordens que colocam as suas instituições políticas em dificuldade de funcionamento e de representação. Essa dificuldade é considerada por alguns autores como “crise de representação democrática” motivada por um conjunto de fatores como: corrupção, disfuncionalidades no aparelho do Estado. Para Avritzer e Carvalho (2021, p. 279), a “desconfiança em instituições democráticas está associada ao funcionamento inadequado de regras institucionais, liberdades civis e direitos políticos”.

Esse fenômeno não se trata de um problema de uma determinada região, porque vários estudos realizados a partir da década de 1980 para cá apresentam a existência doo “fenômeno da desconfiança política em várias partes do mundo” (MOISÉS, 2005, p. 47). Por outro lado, estes estudos reconhecem a heterogeneidade dos casos ou das realidades de cada país em que a desconfiança se manifesta.

Com efeito, há peculiaridades entre as democracias antigas e as mais novas, em especial, as democracias africanas que apresentam mais vulnerabilidade nesse quesito. Com isso,

[...] se o problema é, de fato, global, ele pode afetar de modo diferente as democracias mais antigas e as novas, uma vez que estas ainda não geraram o reservatório de legitimidade que aquelas possuem. As novas democracias podem ser desproporcionalmente vulneráveis a um súbito colapso da confiança pública. [...] (POWER e JAMISON, 2005, p. 65).

Este fato tem suscitado várias preocupações no campo da Ciência Política, pois, segundo Offe (1999) apud Moisés (2005, p. 47-48) “quando as instituições não contam com a confiança dos cidadãos, têm dificuldades para funcionar como mediação entre suas expectativas e os objetivos coletivos propostos por governos e por lideranças políticas”.

A literatura, no contexto latino-americano, demonstra que “na média, ao longo da última década, somente cerca de um em cada quatro latino-americanos expressou confiança no Congresso e somente cerca de um em cada cinco afirmou confiar nos partidos políticos” (POWER, 2005, p. 72), este fato não só acontece na América Latina, mais também já existia outras pesquisas que comprovaram esta desconfiança, inclusive dos países que demonstraram ser pioneiros da democracia, como os Estados Unidos de América, Inglaterra, França, Suécia e Canadá, em que 3/4 alegam não terem confiança nas instituições (MOISÉS, 2005).

Os dados demonstram o quanto a desconfiança nas instituições políticas, como partidos políticos, pode atrapalhar o funcionamento da democracia, porque, quando “for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos” para conduzir os interesses públicos/coletivos, “produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam” (CASTELLS, 2018, p. 14).

Os dados estatísticos espanhóis mostram que, “em 2000, 65% dos cidadãos não confiavam nos partidos políticos, a desconfiança subiu para 88% em 2016. Em relação ao Parlamento, aumentou de 39% em 2001 para 77% em 2016, enquanto, em relação ao governo, passou de 39% para 77% no mesmo período” (CASTELLS, 2018, p. 17). Ou seja,

há muito tempo os cientistas políticos estão conscientes de que a confiança nas instituições democráticas diminuiu; de que as avaliações dos políticos estão negativas; e de que os índices de aprovação dos representantes eleitos e das instituições estão em queda. Mas, até recentemente, quase todos eles davam pouquíssima importância a esses fatos (MOUNK, 2019, p. 126-127).

A desconfiança nos partidos enquanto instituições tem crescido nos regimes democráticos. No Brasil, por exemplo, as pesquisas demonstram que os partidos políticos e o Congresso se configuram como instituições com maior nível de desconfiança popular (BAQUERO et al., 2016). Na Guiné-Bissau, a pesquisa revelou que 73% dos cidadãos não confiam nos partidos políticos, isso demonstra a perda do vínculo entre os partidos e os eleitores (ANÓS TÉ, 2022). Na concepção do autor, apesar dos partidos políticos serem essenciais no funcionamento da democracia, estes não são entendidos pelos guineenses como instituições importantes. O mesmo se verifica num levantamento sobre desafios das instituições democráticas em Moçambique de 2002-2015, a pesquisa demonstra a desconfiança nos partidos políticos, mas este apresenta algumas peculiaridades, visto que no ano 2015, os cidadãos têm mais confiança nos partidos em relação a 2002 (HENRIQUES; ZECA, 2018). Feito estas considerações, o trabalho busca explicar este fenômeno no contexto da Guiné-Bissau.

### **3.1 . A CRISE DA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU**

O debate acima travado visa contextualizar como a crise da democracia vem ganhando um crescimento exponencial nos regimes democráticos dada às dificuldades dos partidos políticos enquanto atores da mediação, desempenharem seus papéis de representar os interesses populares junto ao Estado. Portanto, a incapacidade de imprimir os interesses dos representados no xadrez político, converge essa relação binária (representantes e representados) numa crise de representação democrática. Segundo Baquero e Linhares (2011), apontaram que essa crise

institucional, nomeadamente, os partidos políticos, não acontece porque os representados não gostam das instituições, mas sim, uma consequência da construção histórica de uma relação de desconfiança, que de fato, levam as pessoas em não acreditar que os partidos políticos são atores capazes de representar os interesses da sociedade.

O fato dessa crise parecer um fenômeno geral, os fatores políticos culturais demarcam as subjetividades de como esta engrenagem democrática se manifesta em diferentes países. Portanto, esta seção procura inserir no debate sob uma perspectiva guineense, as peculiaridades da representação democrática na Guiné-Bissau. Por meio da tabela a seguir, demonstra como a democracia guineense está passando pela crise.

**TABELA 2: Qual é a sua opinião sobre a crise de representação democrática na Guiné-Bissau entre 2014 - 2023?**

MUITO GRAVE	GRAVE	MODERADA	NÃO É PROBLEMA
87 (56,5%)	63 (40,9%)	4 (2,6%)	-----
Total de pessoas			154

Fonte: Autor

Os dados da tabela revelam uma crise de representação democrática na Guiné-Bissau dada ao insucesso dos governos em imprimir os contratos eleitorais aos interesses dos representados depois das eleições democráticas. Portanto, no universo de 154 pessoas que responderam, 87 pessoas revelaram que a democracia guineense está numa situação de crise muito elevada, ou seja, 56,5% acreditam que a democracia guineense está mergulhada numa crise profunda num período de 2014 a 2023, na mesma ótica, 63 pessoas que correspondem a 40,9%, demonstram que a situação democrática está grave e apenas 4 pessoas com 2,6% consideram a crise democrática moderada. No entanto, se olharmos nas duas primeiras categorias, percebe-se que no universo de 154 respostas coletadas, 97,4% consideram a democracia bissau-guineense estar mergulhada na crise.

O fato da pesquisa tiver um recorte temporal acima estabelecido, é importante recordar que desde a transição política na década de 1990, quando a Guiné-Bissau adotou o multipartidarismo como instrumento da disputa política, nunca teve o prazer de vivenciar um clima da estabilidade democrática, ou seja, a democracia enquanto regime político imposto pela conjuntura internacional, é incompatível com as instituições das organizações políticas locais, facto este que faz da democracia guineense um regime político oscilante sem se enraizar nas estruturas sociais e culturais, não obstante, as práticas políticas desse regime estão assente

apenas na cidade, onde as eleições constituem único instrumento democrático que reaproxima a elite política com o povo para disputar o voto. Este facto foi reforçado pelo Paulo Anós Té quando estava refletindo o porquê da democracia bissau-guineense estar mergulhada em crise.

Por que a democracia bissau-guineense está em crise? Não se pode perder de vista que a democracia bissau-guineense encontrou os problemas antes da adoção, pois, não houve debates “qualificados” para se adentrar na democratização. Outrossim, desde que o país adotou o modelo democrático em 1991, nenhum governo eleito democraticamente concluiu quatro (4) anos de mandatos. O país tem vivido numa cíclica instabilidade política e assassinatos de figuras públicas, da sociedade civil e golpes de Estado. Desde 1994 – período da primeira eleição multipartidária – até 2019, só um Presidente da República é que conseguiu terminar cinco (5) anos de mandato, tendo nomeado nove (9) primeiros-ministros (ANÓS TÉ, 2022, p. 06).

O trecho acima mencionado não só invocou a questão histórica como elemento importante para pensar a crise da representação democrática, mas também a volatilidade das eleições legislativas motivada pela destituição dos governos democraticamente eleitos, fato que demonstra que desde adesão democrática na década de 1990, nenhum governo democraticamente eleito concluiu o seu mandato. Por outro lado, a Guiné-Bissau, desde as primeiras eleições presidenciais em 1994 até 2023, apenas um presidente terminou os seus 5 anos de mandato na presidência, no entanto, muitas eleições presidências foram abortadas pelos golpes do Estado dada a alta polaridade que convergem os adversários em inimigos, portanto, a política de eliminação torna uma condição imperativa.

A crise democrática não apresenta uma única causa, é importante compreender que se trata de conjunto dos instrumentos antidemocráticas que resulta na disfuncionalidade das instituições democráticas, sobretudo, a crise cíclica atrelada à golpes de estado, destituição dos governos e assembleias, se tornam uma das principais causas da ineficiência democrática, dado que estes fenômenos conduzem a um abordo imediato dos projetos governamentais que poderia se convergir em resultados positivos para o país. Além destes fenômenos, outros fatores como a atuação dos partidos políticos podem afetar a qualidade da democracia, sobretudo, a falta de transparência nos partidos políticos, a corrupção, o não cumprimento das promessas eleitorais podem se convergir em crise de representação. Esta tabela, visa mostrar os fatores que contribuem na crise democrática.

**Tabela 3: Quais fatores você acredita que contribuem para essa crise? (Marque todos que se aplicam)<sup>4</sup>**

CATEGORIA	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
<b>Falta de transparência nos partidos políticos</b>	115	74,7%
<b>Corrupção</b>	122	79,2%
<b>Desigualdade social e econômica</b>	62	40,3%
<b>Promessas eleitorais não cumpridas</b>	106	68,8%
<b>Outros</b>	25	16,2%

Fonte: Autor

As categorias acima apresentadas constituem um dos principais instrumentos que justificam a quebra de vínculo dos cidadãos com as instituições democráticas em muitos países, colocando estes em crise de representação. O caso da Guiné-Bissau não foi diferente, pois conforme os dados da tabela com 154 respostas, a corrupção foi apontada como uma das razões da crise de representação democrática com 79,2% em segunda categoria, foi elegida a falta de transparência nos partidos políticos com 74,7%, já para na terceira categoria, aparece as promessas (contratos) não cumpridas durante as campanhas eleitorais com 68,8%. As três categorias se destacam com maiores porcentagens que demonstra que o caso da Guiné-Bissau não difere daquilo que se constata na análise transcontinental sobre a crise da representação democrática.

Apesar do regime democrático ser elegido como o sistema político guineense mais ideal para a governação, ao mesmo tempo, parece não trazer grandes mudanças que, a partir das suas instituições democráticas, refletissem uma imagem real que correspondesse às expectativas do povo, o que demonstra a quebra de vínculo motivada pela desconfiança nas instituições políticas. Ou seja, talvez a bela frase de Churchill (1947) apud Castells (2018, p. 18), que explica esse paradoxo de melhor forma, segundo a qual “a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras formas que foram experimentadas de tempos em tempos”. Este fato demonstra o quão insatisfeito são os guineenses com o fraco desempenho democrático, mas mesmo assim, continuam elegendo o modelo como ideal para o país. Esta ruptura do vínculo é fundamentada também numa visão institucionalista que mostra como o fraco desempenho político institucional pode afetar a confiança nas instituições.

---

<sup>4</sup> Os respondentes tinham a possibilidade de marcar mais de uma categoria na tabela, portanto, cada categoria está por cem por cento e não a soma total da tabela.

As teorias institucionalistas, por sua vez, postulam que a confiança política é endógena. A confiança institucional tem relação com as expectativas positivas da utilidade que as instituições geram se funcionam satisfatoriamente; portanto, a confiança, nesta perspectiva, é uma consequência e não uma causa do desempenho institucional. A confiança, segundo esta linha de raciocínio, está baseada na racionalidade, fundamentada nas avaliações que os cidadãos fazem do desempenho das instituições. Assim, instituições que funcionam bem geram confiança; quando não funcionam efetivamente, geram desconfiança e ceticismo (BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2018, p. 12).

Esta perspectiva dialoga com a concepção política guineense com relação à insatisfação com as instituições democráticas, pois estas não conseguem garantir as condições inalienáveis junto da população como saúde e a educação, dada à alta institucionalização da corrupção nas principais instituições do Estado, portanto, esta percepção das práticas corruptas se converge num denominador comum de que “os políticos não se preocupam com pessoas como eu” e que “não importa quem esteja no poder, eles sempre beneficiam seus interesses pessoais” (CASTELLS, 2018, p. 18). Uma cultura política híbrida se materializa quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas.

Este sentimento de desprezo ao povo demonstra o quão a democracia guineense se resume apenas nas disputas eleitorais onde os candidatos se aproximam para caçar os votos, que talvez, corresponderia a uma perspectiva minimalista de Schumpeter (1961, p. 55), segundo a qual “o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. Portanto, é importante sublinhar que os contratos assinados nas campanhas eleitorais por meio da “palavra falada”, tornam substâncias políticas importantes para atrair a confiança dos cidadãos e conseqüentemente garantia da legitimidade, mas que na realidade, nenhuma instituição se interessa em preservar depois das disputas eleitorais. Embora que os partidos políticos, enquanto atores da mediação carecerem dessa confiança, devem demonstrar a capacidade de conduzir os conflitos de interesses por meio de diálogo para que aos poucos conquistem a confiança popular (MENEGUELLO; PORTO, 2022).

### **3. 2 NÍVEL DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PARTIDÁRIAS**

A democracia é um sistema político que está intrinsecamente ligado à existência dos partidos políticos, portanto, ao debruçarmos sobre a crise de representação democrática na Guiné-Bissau, torna fundamental analisarmos a relação militante-simpatizante com os partidos políticos, para depois, tivermos a possibilidade de mensurar o nível de (des)confiança dos

guineenses nos partidos políticos. A tabela abaixo indicada, traz dados empíricos sobre a relação militante-simpatizante dos guineenses com os partidos políticos.

**Tabela 4: você é militante ou simpatizante de algum partido político abaixo indicado?**

PARTIDOS	MILITANTE	SIMPATIZANTE
<b>PRS</b>	9 (5,8%)	9 (5,8%)
<b>MADEM-G15</b>	-----	-----
<b>PAIGC</b>	22 (14,3%)	70 (45,5%)
<b>APU-PDGB</b>	-----	-----
<b>PARTIDO LUZ</b>	-----	-----
<b>PTG</b>	-----	-----
<b>OUTRO</b>	2 (1,3%)	2 (1,3%)
<b>NENHUM</b>	121 (78,6%)	73 (47,4%)
<b>TOTAL</b>	154 (100%)	154 (100%)

Fonte: Autor

A democrático guineense por meio dos seus partidos vêm demonstrando a regressão dos guineenses no processo político participativo, portanto, a tabela em análise só vem evidenciando essa concepção, pois, verifica-se um afastamento gritante dos guineenses com relação aos partidos políticos. No universo de 154 respondentes, 121 (78,6%) pessoas demonstraram não ter nenhuma relação de militância com nenhum partido político e apenas 73 (47,4%) declararam também não ter simpatia com alguns partidos políticos. Na mesma lógica ainda, 9 (5,8%) pessoas assumiram ser militantes e simpatizantes do PRS (Partido da Renovação Social), por outro lado, se constata que 22 (14,3%) pessoas declaram ser militantes do PAIGC, ao mesmo tempo, 70 (45,5%) pessoas demonstram ter a simpatia partidária com o partido. Ainda na mesma perspectiva, 2 (1,3%) pessoas demonstram ser militantes e simpatizantes dos outros partidos não mencionados. No entanto, os outros partidos carecem tanto da relação militante assim como simpatizantes. Este fato, demonstra a ausência de um diálogo materializado entre os cidadãos e partidos políticos desde a transição democrática até na contemporaneidade.

Se compararmos estes dados com os levantados pelo Anós Té (2022) sobre a simpatia partidária, vamos constatar que 40% demonstravam ter simpatia partidária, enquanto que 60% demonstravam não ter nenhuma simpatia, num universo de 134 respondentes em 2022. No entanto, estes dados aumentaram em 2023, já que 52,6% declaram ter simpatia partidária,

enquanto que 47,4% declaram não ter nenhuma simpatia partidária, ou seja, podemos afirmar que houve um aumento de 12,6% da simpatia partidária em 2023.

A desinstitucionalização do sistema partidário guineense; a pouca democratização interna nos partidos políticos, onde a voz imperativa é atribuída a quem tem o poder económico; falta de uma ideologia partidária clara e a corrupção institucionalizada, podem constituir instrumentos explicativos do desinteresse dos cidadãos com relação ao processo partidário. No entanto, essa imperatividade dos atores políticos por meio do poder económico é reforçada pelo Anós Té (2023), todos partidos políticos têm um dono, na qual este adquire um poder económico para fazer a máquina funcionar, o que torna o sujeito com a voz imperativa para ditar as regras e quem não se alinhar que dispense do partido.

A desestruturação partidária e a incapacidade de mediação da sociedade e Estado, coloca em causa a falta de confiança nas instituições partidárias enquanto instrumento útil para a resolução dos problemas, no entanto, “quando o desafeto das pessoas em relação às instituições de mediação política é elevado, a situação tende a piorar se as condições económicas também são precárias, produzindo um ambiente político instável” (BAQUERO; LINHARES, 2011).

**Tabela 5: Qual é o seu nível de confiança nos partidos políticos da Guiné-Bissau?**

MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
59 (38,3%)	48 (31,2%)	41 (26,6%)	4 (2,6%)	2 (1,3%)
<b>Total</b>				154 (100%)

Fonte: Autor

A tabela apresenta uma crise de confiança nas agremiações partidárias no contexto guineense, sendo uma consequência do conjunto das ações políticas não responsivas diante das demandas sociais que os partidos assumem representar entre 2014 a 2023. Diante dos dados coletados, 38,3% dos respondentes demonstram ter confiança muito baixa nos partidos políticos, enquanto 31,2% declaram suas confianças num nível baixo e 26,6% demonstraram uma confiança média, enquanto que 2,6% assumem ter alta confiança e 1,3% demonstram ter confiança muito alta nos partidos políticos. Numa perspectiva geral, presume-se que, no universo de 154 pessoas respondentes, 96,1% não declararam ter confiança nos partidos políticos, enquanto que 3,9% declaram confiar nos partidos políticos. Comparando estes dados com os levantados em 2022, constata-se que 93% não consideram ótimas suas confianças nos partidos, enquanto que 3% consideram boa sua confiança nos partidos políticos (ANÓS TÉ, 2023). Com base nesses dados, pode-se afirmar que os guineenses parecem não ter mais confiança em 2023 em relação a 2022.

No entanto, importante salientar que o período em estudo foi marcado por dois mandatos, sendo o primeiro em 2014 na qual o José Mário Vaz, o candidato apoiado pelo PAIGC foi eleito Presidente da República que, mediante a crise política instalada no país durante 5 anos, nomeou 8 governos e exonerou 7 deles. Além do PAIGC contar com o Presidente da República, também tinha o Primeiro-Ministro na pessoa de Domingos Simões Pereira e Presidente de Assembleia Nacional Popular (ANP) na pessoa de Cipriano Cassamá, portanto, essa concentração do poder trouxe para os guineenses um suspiro de esperança, mas mesmo assim, não conseguiram gerenciar o mandato para o bem do povo guineense (CÁ, 2023).

O segundo mandato foi em 2020 em que Umaro Sissoco Embaló, o candidato declarado vencedor das eleições presidenciais de 2019 pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), tomou posse unilateralmente no dia 27 de fevereiro de 2020, mesmo com o recurso de contencioso eleitoral emitido no Supremo Tribunal de Justiça pelo Domingos Simões Pereira, candidato apoiado pelo PAIGC. Dada a turbulência política à beira de um conflito armado, “o país voltou a viver situações sombrias marcadas pelas intimidações, perseguições, corrupção, espancamentos de alguns ativistas, deputados e adversários políticos, e greves na função pública”, agravando de forma significativa a confiança nos partidos políticos (ANOS, 2022, p. 2). No entanto, a baixa confiança constitui uma consequência da atuação dos partidos políticos, ou seja, Lazzari (2017, p. 340) nos lembra que “a performance do regime democrático seria decisiva para a confiança em partidos políticos, pois essas instituições seriam as principais responsáveis pela qualidade dessa performance”.

Esse comportamento antidemocrático pelos atores políticos que visa cancelar a liberdade de manifestação, de oposição política e a violação dos direitos fundamentais dos seres humanos enquanto valores consagrados na constituição da República, só revela a despreparação e disfuncionalidade institucionais enquanto entidades que deviam representar a vontade popular, no entanto, esta postura só deixa em coma a confiança nos partidos políticos.

Nesse contexto, sem partidos eficientes, a democracia na sua dimensão representativa não prospera. Partidos eficientes são imperativos para a democracia porque processam as demandas da sociedade perante o Estado, trazendo, caso efetivos, estabilidade institucional e legitimidade societária. Partidos são também importantes na medida em que se constituem num dos principais pilares de fortalecimento democrático. De maneira geral, os partidos continuam a ser precários, ineficientes e, em muitos casos, recorrem a práticas atrasadas promovendo a corrupção. Assim, não se constituem em organizações capazes de empoderar nem formal nem emancipatoriamente a cidadania (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 92).

Apesar da existência dos partidos e a importância destes enquanto instituições democráticas, por não exercerem os seus papéis representativos, perdem a legitimidade diante do povo

guineense. Segundo Anós Té (2022, p. 14), os partidos políticos não são compreendidos pelos guineenses como instituições importantes capazes de assumir o papel representativo, talvez essa concepção provém da maneira como estes têm levado o país a sucessivas instabilidades políticas, crises econômicas e educacionais. Não obstante, a tabela a seguir demonstra algumas categorias que justificam a baixa confiança nos partidos.

**Tabela 6: Quais motivos você atribui ao seu nível de confiança (ou desconfiança) nos partidos políticos? (Marque todos que se aplicam).<sup>5</sup>**

CATEGORIA	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
<b>Falta de transparência nos partidos políticos</b>	117	76%
<b>Corrupção</b>	114	74%
<b>Desigualdade social e econômica</b>	59	38,3%
<b>Promessas eleitorais não cumpridas</b>	113	73,4%
<b>Outros</b>	26	16,9%

Fonte: Autor

As categorias apresentadas na tabela não são as únicas a justificarem a baixa confiança nos partidos políticos na Guiné-Bissau, mas, são as que mais tornam visíveis ao povo. Se olharmos para as três categorias elegidas com maiores percentagens, verifica-se que a falta de transparência nos partidos se destaca com 76%, seguida da corrupção com 74% e as promessas não cumpridas com 73,4%, por outro lado, temos a desigualdade social e económica com 38,3%, outras categorias não mencionadas representam 16,9%.

A falta de transparência partidária começa na composição das listas dos representantes para cargos dos deputados nos círculos eleitorais, a base financeira torna uma condição intrínseca para assumir a cabeça de lista, ou seja, quanto mais injetar dinheiro na liderança partidária, maior é a probabilidade de liderar a lista, com esse método de escolha, os partidos elegem representantes incapacitados nos seus círculos representativos. Este facto é fundamentado pelo Anós Té (2023, p. 116), que segundo seus escritos “vários partidos são formados pelos líderes com poucas experiências governativas, incluindo alguns deputados com nível político e académico muito “baixo” e outros que nunca chegaram a frequentar a alfabetização” que lhes permitem compreender seus papéis representativos. Ainda acrescenta o autor, que “alguns deles

---

<sup>5</sup> Os respondentes tinham a possibilidade de marcar mais de uma categoria na tabela, portanto, cada categoria está por cem por cento e não a soma total da tabela.

não compreendem a função do deputado, sendo desprovidos de conhecimento técnico para lidar com determinados assuntos do país”, portanto, quando eleitos, não assumem um papel representativo que colocasse em prática as promessas eleitorais que possa eventualmente fazer a manutenção da confiança partidária.

Mas estes esforços tendem em muitos casos à algumas finalidades, apropriação dos recursos do Estado aos interesses pessoais, também com possibilidade da mercantilização dos seus poderes representativos na medida que mudam de partidos para a formação da maioria ou não nos outros partidos políticos em troca das propostas de nomeações políticas. Esta última acontece numa lógica em que os partidos menores acabam migrando para os partidos com mais poderes representativos, nessa perspectiva, mesmo com pouco poder, acabam tornando pedras fundamentais no xadrez político. Este fato não difere daquilo que Mbunde (2017, p.53) já apontava, segundo o autor “os partidos com menor representação parlamentar também participam desse jogo político, trocando por cargos ministeriais o apoio de seus deputados no processo de formação de novas maiorias”. Segundo Anós Té (2023, p. 104),

O caso das eleições legislativas na Guiné-Bissau em 2019 pode ilustrar a situação: Nuno Gomes Nabiam, presidente de APU-PDGB, acabou por ser nomeado Primeiro-Ministro, tendo o seu partido obtido apenas cinco assentos no parlamento, o que o colocava como a quarta maior bancada, superada por: PAIGC (47 cadeiras), estreante MADEM-G15 (27) e PRS (21). Entretanto, nas negociações políticas para a formação do gabinete, essas cinco cadeiras se tornaram extremamente valiosas, fiadoras do acordo e permitiram que ele viesse a ocupar o cargo de Chefe de governo.

Com base nessa estratégia política, o Nabiam acabou sendo uma das pedras mais importante no xadrez político com apenas cinco assentos parlamentares, dado que, qualquer movimento efetuado pode contribuir significativamente na formação da maioria ou não no parlamento, facilitando assim aprovação dos programas e demais atividades que dependem da maioria parlamentar. Estes esforços devem-se ao desafio de sobrevivência dos partidos fora da governação por quatro anos de legislatura, dado que, a Guiné-Bissau não tem uma política de financiamento público dos partidos políticos.

### **3.3 A RELAÇÃO DA CORRUPÇÃO E CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS**

A complexidade das instituições políticas com relação à corrupção está constituindo uma preocupação crescente os estados democráticos. Segundo o Índice da Percepção da corrupção publicado em 2023 pela Transparência Internacional, demonstra que no universo de 180 países avaliados, apenas 28 tiveram uma melhoria no combate à corrupção, sendo que 34 países registraram um aumento no fenómeno (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2023), nesse quadro, a Guiné-Bissau configurou como o país mais corrupto dos PALOP com 22 pontos,

ocupando assim centésimo quinquagésimo oitavo (158) lugar na lista, tendo perdido um ponto com relação ao ano anterior. Com relação aos outros parceiros de PALOP, Moçambique ocupou 145 no ranking com 25 pontos; Angola ocupando 121 com 33 pontos; São Tomé e Príncipe na posição 67 com 45 pontos e Cabo Verde com posição 30, liderando a lista de PALOP com 64 pontos (VOA, 2024).

A ineficiência do processo judicial e demais instituições de combate à corrupção na Guiné-Bissau, abre espaço a cada vez mais a proliferação da corrupção blindada pela impunidade, sobretudo, da classe política no país. Dado ao silêncio da justiça diante das práticas do suborno, passou a tornar-se de forma “consensual” que o desempenho das funções de liderança nas instituições estatais regionais ou nacionais é sinónimo de riqueza, devido a facilidade de apropriação dos recursos públicos para os interesses particulares sem uma fiscalização que garanta a punição de qualquer ato dessa natureza. No entanto, os dados abaixo indicam, em particular, a percepção dos guineenses com relação aos partidos políticos.

**Tabela 7: Você acredita que a corrupção é um problema grave na Guiné-Bissau?**

<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TALVEZ</b>	<b>NÃO SEI</b>
<b>147 (95,5%)</b>	<b>1 (0,6%)</b>	<b>6 (3,9%)</b>	<b>-----</b>
Total			100%

Fonte: Autor

Os dados nos chamam a uma responsabilidade para com o Estado guineense, pois a percepção da corrupção aguda nos aparelhos estatais é uma consequência da disfuncionalidade de um mecanismo de controle adequado. No conjunto de 154 respondentes, 95,5% acreditam que corrupção é um problema grave no país, tendo 3,9% demonstrando que talvez a corrupção seja problema e apenas 0,6% que acredita que a corrupção não seja um problema na Guiné-Bissau.

Embora a corrupção tornar uma patologia na função pública guineense, o fenômeno ganha mais destaque nos cargos políticos, além de instrumentalizar o poder estatal para a realização das práticas ilícitas, torna-se uma condição privilegiada para desviar o fundo público amando dos partidos políticos ou para sustentar os interesses pessoais sem uma prestação de conta. Apesar de ficar claro no art. 61 da Constituição da República (1996), que “os titulares de cargos políticos respondem política, civil e criminalmente pelos actos e omissões que pratiquem no exercício das suas funções”, mas parece esse instrumento constitucional tornou uma farsa dado ao silêncio judicial na fiscalização das ações públicas.

A corrupção política extrativa tem lugar quando a classe política se enriquece com os seus familiares, amigos, aliados políticos e seus partidos políticos. É uma atuação abusiva de poder com o intuito de alcançar ganhos financeiros, podendo recorrer ao «peculato, crime económico, privatizações e capitalismo de compadrio (favorecendo seus próprios negócios) e, mais importante, suborno» nos contratos públicos (MENDES, 2020, p. 94).

Nessa perspectiva, a legitimidade institucional continua no imaginário guineense porque a impunidade dos atores perante esses fenômenos, só vai contribuir para o aumento da desconfiança nas instituições democráticas. No entanto, a próxima tabela demonstra como a corrupção pode afetar a confiança nas instituições.

**Tabela 8: Qual é a relação entre a percepção da corrupção e a confiança nos partidos políticos, na sua opinião?**

<b>A corrupção afeta negativamente a confiança</b>	<b>A corrupção não afeta negativamente a confiança</b>	<b>A corrupção pode aumentar a confiança em alguns casos</b>
<b>152 (98,7%)</b>	<b>2 (1,3%)</b>	-----
<b>Total</b>	-----	<b>154 (100%)</b>

Fonte: Autor

A percepção da corrupção pela classe política e a sua implicação na confiança política não exige muita qualificação na análise política, pois essa se dá a partir do quotidiano de qualquer cidadão guineense. Essa percepção se torna evidente a partir da tabela em análise na qual 98,7% das pessoas acreditam que a corrupção afeta negativamente a confiança partidária, enquanto que 1,3% das pessoas acreditam que a corrupção não afeta a confiança política. Portanto, apesar deste fenômeno afetar uma relação simbiótica, os partidos políticos podem assumir um papel crucial na restauração dessa confiança conjugado com a flexibilidade judicial para punir os delitos institucionalmente praticados. Importante salientar que, os países democráticos estão munidos de instituições para “punir delitos tanto de funcionários ou mandatários públicos como de cidadãos comuns. Entre elas figuram o sistema judiciário, os órgãos de imposição da lei, os serviços de inteligência e as agências reguladoras e tributárias” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 63).

Embora que a existência dessas engrenagens judiciais serem exclusivas para o combate da corrupção e a restauração da confiança institucional, não é suficiente para irradiar a impunidade no contexto guineense, além do déficit judicial, o fenômeno envolve altos dirigentes da classe política e caracteriza-se pela complexidade de investigação desses atores pela polícia ou magistrados pelo medo da retaliação futura (MENDES, 2020). Com isso, muitos processos que envolvem alta classe política guineense, mesmo quando denunciados pelas entidades sociais,

passam por um processo de engavetamento judicial. O exemplo disso é a impunidade de altos delitos que envolvem assassinato dos adversários políticos desde a década 1990 até na contemporaneidade, muitas das vezes por golpe de Estado. Portanto, isso acontece por falta de um poder judicial autônomo no exercício das suas funções, sendo assim cooptado por outros poderes como o Executivo, na qual o Presidente da República conduz o jogo às suas próprias regras. No livro “*como as democracias morrem*”, o Levitsky e Ziblatt demonstra que,

[...]. Em democracias, essas instituições são destinadas a servir como árbitros neutros. Para autoritários potenciais, as instituições judiciárias e policiais representam, assim, tanto um desafio quanto uma oportunidade. Se elas permanecem independentes, têm a capacidade de denunciar e punir abusos governamentais. Este é o trabalho do árbitro, impedir fraudes. Não obstante, se controladas por sectários, essas instituições podem servir aos objetivos do aspirante a ditador, protegendo o governo de investigações e processos criminais que possam levar ao seu afastamento do poder. O presidente pode infringir a lei, ameaçar direitos civis e até violar a Constituição sem ter que se preocupar com a possibilidade de tais abusos serem investigados ou censurados. Com tribunais cooptados mediante alteração de sua composição e autoridades policiais rendidas, os governos podem agir com impunidade (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 63).

O sequestro/cooptação das instituições judiciais é um dos mecanismos de institucionalização da corrupção e conseqüentemente a aumento da impunidade no contexto guineense, ao mesmo tempo, são estes atores políticos que muitas das vezes proliferam o discurso de “combate à corrupção” principalmente nos comícios eleitorais. Além do poder judicial no combate a corrupção e na fiscalização da ação governamental, existem movimentos sociais e a sociedade civil que lutam no combate aos modus operandi da classe política por meio das manifestações públicas enquanto um direito consagrado na Constituição da República (artigo 54), mesmo assim, a própria força policial é usada para retaliar os manifestantes e não só, ataque às emissões radiofônicas e seus jornalistas, ativistas políticos e deputados da nação (ANÓS TÉ, 2022). Porém, esses instrumentos coercitivos não melhoram em nada além de agravar a crise política, porque a confiança institucional é uma atitude fundamental para a manutenção da governança e a legitimidade democrática, levando em conta que, nas democracias, a submissão dos cidadãos às leis institucionais e governamentais não se dá pela violência do Estado, mas sim, pelas ações voluntárias (MENEGUELLO; PORTO, 2022).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os regimes democráticos têm merecido uma atenção especial devido à metamorfose nas suas estruturas que tem gerado uma complexidade nas suas missões representativas. Essa preocupação levou vários estudiosos a desenvolverem os estudos que acompanham essa oscilação democrática em diferentes partes do mundo, apesar de não haver um consenso sobre

o futuro da democracia, mas estes estudos apontam para um denominador comum, de que as democracias estão passando pela crise, causada pela falta da responsividade dos partidos políticos enquanto entidades representativas, implicando na crise da legitimidade e a baixa confiança política. Com base nessa perspectiva que o presente trabalho procurou analisar o impacto da crise de representação democrática na confiança dos guineenses nos partidos políticos.

A pesquisa aponta que a democracia guineense está passando pela crise de representação democrática motivada pela baixa confiança nos partidos políticos. A ruptura da confiança constitui um reflexo de como os partidos políticos junto dos seus atores têm conduzido o fenômeno político diante das demandas sociais. Apesar de o fenômeno ter agravado no recorte temporal da pesquisa, porém, a falta de confiança dos guineenses nos partidos políticos vem regredindo desde a transição democrática na década de 1990, pela falta da responsividade dos partidos em garantir as necessidades básicas como a educação, saúde e outras necessidades que fazem parte das propagandas enganosas nos discursos eleitorais.

A alta percepção da corrupção tem agravado ainda a relação dos partidos políticos com os guineenses, questionando o seu papel representativo perante o povo. Enquanto continuar a desinstitucionalização democrática, os partidos políticos continuarão não sendo instituições alternativas para a resolução dos problemas políticos e sociais, ainda que a democracia continue sendo o regime político no país, pois essa relação de confiança se estabelece pela legitimidade social e cultural do povo que implica na satisfação das ações governativas. É urgente os partidos políticos assumirem os seus papéis enquanto instituições democráticas para a restauração da confiança política, no entanto, é preciso a revisão dos discursos políticos nos comícios eleitorais, demonstrando a responsividade representativa nos projetos políticos, pois, a confiança é uma substância importante para fazer a manutenção do regime democracia.

Em suma, a crise da representação democrática é influenciada pela alta percepção da corrupção entre os partidos políticos, os seus líderes políticos ou governantes. O nível de confiança dos guineenses nos partidos políticos é baixo, demonstrando uma insatisfação com o desempenho das instituições políticas e partidárias em atender às suas demandas e expectativas. Há uma relação forte entre a corrupção e o nível de confiança dos cidadãos nos partidos políticos. Quanto maior for a percepção da corrupção, menor é a confiança dos guineenses nos partidos.

A Guiné-Bissau possui um campo muito fértil no estudo da (des)confiança nas instituições políticas, pois, além dos partidos políticos, outras instituições como o sistema judiciário, o

poder legislativo, o poder executivo, as forças armadas e a Comissão Nacional de Eleição, podem ser instituições alvos da (des)confiança e que vai contribuir em compreender a crise da democracia.

## REFERÊNCIAS

ANÓS TÉ, Paulo. Crise de legitimidade política e a cultura (anti)partidária na Guiné-Bissau em 2020-2021. In: **IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo**. Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, P. D. **Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão**. Arraes Editores, 2021.

Banco Mundial (BM). **Guiné-Bissau aspectos gerais**. [online]. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3F18o5P>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas ciências sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

BAQUERO, Marcello; DE FREITAS LINHARES, Bianca. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, v. 5, n. 1, p. 89-89, 2011.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia Maria; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista debates: revista de ciências sociais**. Porto Alegre, RS. Vol. 12, n. 1 (jan./abr. 2018), p.87-106, 2018.

BAQUERO, Marcello; STUMPF GONZÁLEZ, Rodrigo. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, 2016.

BELCHIOR, Ana Maria. **Confiança nas instituições políticas**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

BENTHAM, Jeremy. Works. Edited by John Bowring. Edinburgh: William Tait, 1843a.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

CÁ, Luizinho Jorge. Instabilidade governativa na Guiné-Bissau: o caso da crise política e institucional da nona legislatura. 2023.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** 2013. 268 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: Editora Schwarcz Companhia das Letras, 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. 1996. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3uyw2kpm>>. Acesso em: 18/05/2025.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

- DUVERGER, M. Os Partidos Políticos. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979.
- HENRIQUES, Kátia Sara; ZECA, Xavier. Democracia representativa em África: Desafios das instituições democráticas em Moçambique no séc. XXI (2002-2015). **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 25, p. 181-208, jul./dez. 2018.
- LAZZARI, Eduardo Alves. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 334-360, 2017.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- Madison, "Federalista 10", em A. Hamilton, J. Madison e J. Jay, *The Federalist Papers* [1787], ed. C. Rossiter (Nova York: Penguin, 1961).
- MAINWARING, Scott; BEJARANO, Maria; PIZARRO, Eduardo. **The crisis of democratic representation in the Andes**. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.105-138, 2006.
- MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.
- MENDES, Capitão. **Corrupção Praticada No exercício Da administração pública e a De Titulares Dos Cargos políticos à Luz Da Ordem jurídica Guineense**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).
- MENDY, Peter Karibe. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma Transição em Curso. Bissau: Nova Gráfica, 1996. p. 11-65.
- MENEGUELLO, Rachel; DEL PORTO, Fabíola Brigante. A desconfiança política dos eleitores em face do Congresso Nacional e dos partidos políticos: o déficit de nossa história representativa. **Revista USP**, n. 134, p. 179-196, 2022.
- MILL, John Stuart. 1974. "On Liberty" [1859] and "Consideration on Representative Government" [1861]. In: *Utilitarianism, Liberty and Representative Government*. London: J. M. Dent, pp. 65-170; 175-393.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. XI, nº 1, mar. 2005, p. 33-63
- MONTEIRO Emmanuel Pinto. **A participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, SP, 2020.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- POWER, Timothy, J; JAMISON, Giselle, D. Desconfiança política na América Latina. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. XI, nº 1, mar. 2005, p. 64-93.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

RODRIGUES, Theófilo Machado; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 253-279, 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **The Social Contract**. Translated by Gerard Hopkins. In: *The Social Contract*, edited by Sir Ernest Barker. London: Oxford University Press, 1974 [1762]. pp. 167-307.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTANO, Ana Claudia. A democracia, a sociedade e os partidos políticos: uma análise da eventual existência de uma crise das organizações partidárias. *Quaestio Iuris*. vol. 10, nº. 03, Rio de Janeiro, 2017. pp. 1271 -1295.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

TÉ, Paulo Anós. **crise de legitimidade política e a cultura (anti)partidária na guiné-bissau em 2020-2021**. IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo. Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

TÉ, Paulo Anós. **Novos partidos políticos na Guiné-Bissau: uma análise dos seus impactos na institucionalização do sistema partidário (1991-2019)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2023.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Índice de Percepção da Corrupção 2023. *Transparência Internacional - Brasil, 2024*. E-book. Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/publicacoes/indice-de-percepcao-da-corrupcao-2023/>>. Acesso em 09/05/2025.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, 2006, no.67, p.191-228.

VOA. Guiné-Bissau é o mais corrupto dos PALOP, diz Transparência Internacional. Janeiro 30, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/539cnsjv>. Acesso em: 09/05/2025.

Weber, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1999. 2 v.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 139-190, 2006.